

## UMA HISTÓRIA COMPARADA DA ESCOLA PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

*Comparative history of primary school in the Brazilian First Republic*

Sílvia Alicia Martínez<sup>1</sup>

Rodrigo Rosselini Julio Rodrigues<sup>2</sup>

---

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar (Orgs.) *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2012, 352 p.

---

Seja ensino primário, ensino popular ou escola de massas, denominações adotadas em diferentes trabalhos e contextos, o certo é que o desenvolvimento da escolarização tem mobilizado diversos estudiosos. Tanto no contexto brasileiro (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998, CARVALHO, 2000; VIDAL, 2005; dentre outros), como no contexto internacional, a exemplo dos estudos de Vicent (1980) na França; Frago (1990) na Espanha e Nóvoa (1988) em Portugal, ou comparativamente no âmbito Portugal-Brasil (CORREIA; SILVA, 2004, 2003; CORREIA; GALLEGO, 2004), pesquisadores focalizam a expansão da escola primária associada a um projeto mais amplo e civilizador dessas sociedades, embora revestido de particularidades em cada contexto histórico e sócio-espacial.

Ao abordar os estudos sobre a escolarização primária brasileira, o tempo e espaço escolares são focalizados por diversos autores que os consideram como parte fundamental da ordem social e escolar. Como mostram os trabalhos basilares de Souza (1999) para o caso paulista, e Faria Filho (2000, 2002) para o mineiro, a ampliação temporal da escolaridade demandou um espaço próprio para funcionar no contexto do regime republicano. Ainda nesse contexto, a formação de professores foi ganhando um papel central, dado que estes seriam os agentes que tornariam possível este projeto de formação dos “verdadeiros” cidadãos do país sendo que os higienistas também prestaram atenção na distribuição do tempo ao longo do dia, na ordem e duração das disciplinas e das atividades, nos momentos de duração e de férias.

Do ponto de vista da retórica oficial, alguns estudos também identificam um certo descompasso entre o anunciado e o efetivamente realizado para superar o quadro de analfabetismo e o baixo grau de escolarização, como a pesquisa de Correia e Silva (2003, 2004), ao estudar o Estado de Santa Catarina e Portugal<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF, atuando na linha de pesquisa Educação, Política e Cidadania. E-mail: silvia-martinez@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professor do Instituto Federal Fluminense (*Campus* Campos, Centro). E-mail: rrodrigues@ifff.edu.br

<sup>3</sup> A partir de pesquisa sistematizada que visou realizar o Estado do Conhecimento com base no período 1986-2006, de caráter exaustivo, em torno de estudos comparativos Brasil Portugal (Souza; Martínez, 2009) observou-se que 60% dos 50 trabalhos selecionados se relacionam à História da Educação, sendo que a história da escolarização primária se encontra como a segunda sub-categoria que mais tem sido pesquisada nesse período estudado (Martínez; Souza, 2011).

Neste amplo contexto se insere a coletânea “Escola Primária na Primeira República (1889 – 1930): Subsídios para uma história comparada”, obra organizada por José Carlos Souza Araújo, Rosa Fátima de Souza e Rubia-Mar Nunes Pinto, que apresenta resultados das pesquisas desenvolvidas por um dos Grupos de Trabalho do projeto integrado “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930)”, financiado pelo CNPq, reunindo 15 pesquisadores doutores, investigando 11 estados brasileiros – Acre, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Norte. O período estudado foi a Primeira República, e foram priorizadas como fontes de pesquisa a legislação referente a instrução primária e as mensagens dos presidentes dos estados<sup>4</sup>.

Foram utilizadas como categorias de análise o republicanismo/federalismo; os modelos e modalidades de escola, privilegiando os grupos escolares; e a expansão e os investimentos governamentais na escola primária. Assim são lançadas as bases para a terceira fase da pesquisa que objetiva a criação de subsídios para uma história comparada da escolarização primária na Primeira República, além de permitir ao leitor arriscar generalizações mais consistentes acerca da heterogeneidade ou melhor compreensão acerca da circulação dos modelos e sua apropriação ao longo do território. O livro é estruturado em capítulos cuja ordem reproduz a cronologia da implementação dos grupos escolares nos estados brasileiros.

Iniciando por São Paulo, centro econômico cafeeicultor e expoente do republicanismo brasileiro, o texto de Rosa Fátima de Souza traz um levantamento da produção a respeito da escolarização primária no Estado, considerando seu papel predominante na configuração do federalismo brasileiro, sobretudo a partir do governo Campos Salles, e no avanço do processo de oligarquização durante a primeira república. A posição privilegiada de São Paulo no cenário nacional e a estabilidade política no Estado contribuíram para que os investimentos públicos na transformação do ensino, sobretudo primário, o tornassem referência nacional de um modelo educacional capaz de forjar o cidadão republicano. Ao longo da primeira república o Estado passou por quatro reformas da instrução pública. A primeira delas (1890-1892) reorganizou a Escola Normal e estruturou o ensino primário, criando a figura dos Grupos Escolares baseados no ensino intuitivo. Em 1920 ocorreu a reforma Sampaio Dória visando o combate ao analfabetismo, num contexto de transformações marcadas pelo nacionalismo modernista do pós-guerra e pela defesa da moralização política materializada no voto secreto. Neste momento foi implantada a escola alfabetizante de dois anos e difundido o curso elementar ministrado em escolas isoladas, apesar do problema da falta de professores. Diante de críticas dos setores educacionais foi efetuada nova reforma em 1925, considerando o ensino primário obrigatório e gratuito com duração de 4 anos nos Grupos Escolares e 3 anos nas escolas isoladas e reunidas. Em 1927 uma nova reforma reduziu a faixa etária para obrigatoriedade de oferecimento de educação primária pelo Estado e a equiparação das escolas normais livres e municipais às oficiais.

---

<sup>4</sup> Estas fontes se encontram digitalizadas em DVD publicado em 2012 intitulado “Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889 – 1930)”, organizado por Rosa Fátima de Souza.

Embora a prioridade fosse o ensino primário, as matrículas estavam longe de atingir o quantitativo necessário, privilegiando ainda os habitantes das zonas urbanas, sobretudo a classe média. Em São Paulo a abrangência das escolas estaduais era bastante superior à atuação dos estabelecimentos privados e das escolas municipais. Souza conclui sua reflexão ressaltando que apesar da excelência, a estrutura da instrução pública paulista apresentava problemas quanto às condições físicas e ao alcance dessas escolas à população pobre que continuava restrita às escolas isoladas bastante precárias, revelando “uma história de avanços e modernização eivada de ausências, exclusões e diferenciações.” (p.71).

Diomar Motta, Iran Nunes, Acildo Silva e Elisângela Amorim abordam a conturbada incorporação do Maranhão ao regime republicano e o papel secundário ao qual este Estado e a própria região Nordeste foram relegados pelo novo regime. Apesar de notarem o descaso por parte dos governos em relação a instrução primária, identificaram a luta pela expansão da escola graduada como elemento de combate à situação crítica do Estado na federação, destacando a atuação de intelectuais ligados a instituições como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico Geográfico do Maranhão. Em 1890 foi proposto o primeiro plano de reforma da instrução pública, dividindo a escolarização em três níveis: primário, secundário e técnico ou profissional. A escola primária era composta pelo primeiro grau, com ensino rudimentar oferecido nos povoados; o segundo grau nas vilas e o terceiro grau nas cidades, com um currículo mais exigente. A partir de 1901 teve início um processo de municipalização da escola primária, sobretudo das escolas isoladas, ficando o governo estadual responsável pelos dois Grupos Escolares da capital, criados em 1903, e a escola modelo. Os autores destacam a introdução do método analítico a partir de 1906 com a participação do pedagogo fluminense João Köpke e concluem que a escola primária maranhense pode ter recebido influências do Rio de Janeiro não apenas no método mas também em diversas diretrizes.

Num capítulo rico não só em dados estatísticos mas também em reflexão teórica, José Carlos Souza Araújo estuda a implantação da escola graduada a partir das mensagens dos presidentes do estado de Minas Gerais. Analisa as mensagens como discursos de poder, chamando a atenção para os aspectos quantitativos que elas trazem e apontando sempre para o futuro a ser construído. Em decorrência do crescimento populacional e dos altos índices de analfabetismo, o autor observa que a instrução primária ganhou destaque nas mensagens. Apesar do surgimento da escola graduada, o modelo das escolas isoladas predominou em Minas Gerais, assim como em São Paulo e Rio de Janeiro, durante as três primeiras décadas republicanas. Utilizando a formulação kantiana de República associada à existência de uma constituição, Araújo chega ao republicanismo brasileiro destacando o Manifesto Republicano de 1870 que, apesar de não fazer referências consistentes à educação, enumera uma série de características liberais que figurariam nas mensagens dos presidentes do estado de Minas nos discursos associados a educação, como por exemplo o patriotismo republicano do presidente em 1920 ao defender o esforço dos indivíduos, municípios e Estado para a construção de um projeto nacional de combate ao analfabetismo.

Um dos maiores problemas detectados pelo autor, sobretudo para um Estado das dimensões de Minas Gerais, era a ineficiência da fiscalização escolar por parte de inspetores

escolares. Uma tentativa de resolução foi a criação da Federação Escolar, sugerida na mensagem de 1925, que reuniria as escolas isoladas e os grupos, atribuindo aos diretores dos grupos a função de dividir com os inspetores a tarefa de fiscalização das escolas.

Em seguida, Araújo desvia sua atenção do caso específico de Minas Gerais para pensar no contexto brasileiro como um todo, analisando os discursos que revelam a decepção com o insucesso das primeiras décadas republicanas na tarefa de educar o povo, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o pensamento de vários intelectuais, entre eles Alberto Torres, Manuel Bonfim e Antônio Almeida de Oliveira, e conclui o capítulo lançando um desafio ao indagar: “Como empreender uma teoria da escola primária para a Primeira República?” (p. 146).

Identificando, desde o final do império, iniciativas de institucionalização da escola primária utilizando o método intuitivo, Marta Maria de Araújo e Marlúcia Menezes de Paiva apresentam os projetos republicanos para a escola primária do Rio Grande do Norte, Estado marcado por um forte federalismo que via nas municipalidades a tarefa de desenvolver a escola primária gratuita. O texto se estrutura a partir da análise das políticas educacionais dos governos estaduais que se sucederam na primeira república, iniciando em 1907, data da criação do primeiro Grupo Escolar. Até 1913, a maioria dos municípios possuía Grupos Escolares, atendendo a mais de mil crianças, organizados a partir de um regimento interno único, válido tanto para os Grupos quanto para as escolas isoladas, a partir do método simultâneo de ensino. No entanto, sob o argumento de atender a solicitação da população, em seu segundo mandato (1920 – 1923), o presidente Antônio José de Mello e Souza – que implantara os primeiros grupos escolares em 1907 – iniciou a política de difusão das escolas rudimentares, que se seguiu ao longo da década de 1920, com a atuação cada vez maior das municipalidades, e também a subvenção de escolas particulares ou pertencentes a associações. Podemos notar que o Rio Grande do Norte percorria assim um caminho inverso ao que se pode perceber nos demais estados nos quais se verificou uma maior difusão das escolas graduadas. Mesmo durante o avanço da urbanização do Rio Grande do Norte e da reforma educacional de cunho higienista que marcou o governo seguinte (1924 a 1927), manteve-se a política de expansão das escolas isoladas e preferencialmente rudimentares.

Elizabeth Figueiredo de Sá mostra que, em meio a conflitos entre coronéis do norte e do sul do Mato Grosso, num ambiente de insegurança e gastos com a manutenção da ordem, foi difícil a implantação da instrução pública matogrossense. A autora identifica nos primeiros regulamentos do ensino no Estado, nos anos de 1891 e 1896, a preocupação com a laicidade e obrigatoriedade do ensino, e a defesa do método intuitivo, porém as adversidades características do estado impediram a implementação efetiva do disposto nas legislações, sobretudo o método intuitivo, pela ausência de pessoal habilitado. Entre 1910 e 1914, uma reforma criou Grupos Escolares na capital e no interior do Estado, dirigidos por normalistas trazidos de São Paulo, que seriam também responsáveis pela criação da Escola Normal. Neste período estabilizaram-se as lutas políticas e, em decorrência dos lucros oriundos da borracha, avançou a urbanização e aumentaram os investimentos na escola secundária e também na construção de Grupos Escolares. Na década de 1920

chegaram mais normalistas paulistas, como se fossem missionárias a serviço dos ideais civilizatórios da república, e em 1927, uma reforma dividia o ensino primário em 4 tipos: escolas isoladas rurais e urbanas; escolas reunidas formadas por escolas isoladas existentes num raio de 2km, com programa próprio de 3 anos; grupos escolares; e cursos noturnos para meninos com mais de 12 anos, que se consolidaram apenas a partir da década de 1930.

Maria do Amparo B. Ferro afirma que, apesar das características da formação da região de Piauí, o Estado também sentiu a “efervescência instrutiva” da república. Em 1901 foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino primário a todas as crianças e em 1903 eram 89 escolas primárias em todo o estado. A autora identifica que apesar de permanecerem precárias as condições dos prédios e do mobiliário escolar em 1910 – que muitas vezes era levado de casa pelos próprios alunos – foi publicada uma lei determinando a reforma da instrução pública, que se daria a partir de escolas isoladas e Grupos Escolares. A expansão do ensino enfrentou dificuldades devido à extensão territorial do Estado e a falta de comunicação entre as regiões. Ferro cita a existência de 5 Grupos Escolares na capital, 12 no interior, além de 4 escolas agrupadas. Também é apontada pela autora a tentativa junto às municipalidades, em 1929, de criação de novos Grupos Escolares. Ao final do capítulo mostra que em 1930 a instrução primária era ministrada em 20 Grupos Escolares no Estado e 82 escolas isoladas.

Em 1911 foi implantado o modelo de Grupo Escolar no Estado do Sergipe, como mostra Jorge C. do Nascimento, apesar da predominância das escolas singulares isoladas, divididas em elementares e complementares, sendo esta última mais valorizada pelo governo. O autor destaca a influência da experiência paulista na composição da instrução pública no estado, sobretudo nas ações de Abdias Bezerra, diretor da instrução pública que viajou para São Paulo em 1924 com o objetivo de conhecer as reformas de ensino ali representadas. Mesmo assim, o Grupo Escolar não se tomou modelo predominante e foi alvo de críticas por não atender às crianças pobres que viviam nas regiões mais afastadas, pelos altos índices de evasão, tomando esta empreitada onerosa para os cofres públicos, devido aos custos da construção e manutenção dos prédios. Nascimento apresenta as modificações nas matrizes curriculares contidas nas reformas de 1911 e 1915, que introduziram noções de agricultura e exercícios militares na escola primária. O autor salienta a resistência dos pais ao método intuitivo, que julgavam menos eficaz que o ato de decorar lições e a palmatória, e mostra, ao mesmo tempo, como os grupos escolares representavam espaços do civismo, do culto da responsabilidade, do amor, do bem, do cumprimento do dever, do respeito às leis e dos valores morais. Nesse sentido identifica a prática de nomear as salas de aula dos Grupos Escolares em homenagem a personalidades e intelectuais como forma de educação cívica. Também faziam parte deste aparato as festas cívicas e o uniforme escolar, que servia de instrumento para encobrir as diferenças sociais entre os alunos. Por fim é revelado o alto custo das obras dos Grupos Escolares devido a sua monumentalidade, o que tomou necessária a atuação das municipalidades e de associações voluntárias no custeio da instrução pública primária sergipana.

Na Bahia, a primeira reforma do ensino durante a república se deu em 1890, prevendo a divisão da instrução primária em escolas infantis, elementares, mistas e superiores,

assim como a criação do Fundo Escolar e do Serviço de Saúde Escolar. Entretanto, Lúcia Maria da França Rocha afirma que estas medidas não foram implementadas. Ressalta também a forte presença dos quadros políticos do império na primeira república. Afirma que era grande o número de prédios alugados para abrigar as escolas estaduais, o que se tornava bastante oneroso para o Estado e, ao mesmo tempo, um instrumento de ação do clientelismo político. A autora chama a atenção para o governo de J. J. Seabra que criou em 1913 o grupo escolar de Feira de Santana, inaugurado em 1917 e em funcionamento até 1927, quando seu prédio se destinou à sede da Escola Normal até 1960. Segundo Rocha, até 1925 o ensino primário se manteve inalterado na Bahia, até a atuação de Anísio Teixeira enquanto Diretor da Instrução Pública, que priorizou a instalação de escolas reunidas que, segundo o próprio, “eram o módico e pequeno Grupo Escolar talhado para o nosso meio (...)”. É identificada a influência do movimento escolanovista e da escola norte-americana na educação baiana, enfatizando a aproximação entre a escola e a vida cotidiana.

Andréa M. L. Dantas e Elizabeth M. de Lima analisam a implantação da escola primária no processo de incorporação do território do Acre, inicialmente dividido em Departamentos Administrativos, e posteriormente, em 1920, quando ocorre a unificação do território. As autoras mostram como a instrução primária figurava nos discursos oficiais acreanos como elemento central não só para a consolidação da república mas para a afirmação da identidade do Acre como parte do Brasil. Os primeiros movimentos de disseminação da escola primária partiu das prefeituras dos Departamentos Administrativos em que se dividia o território. Em 1913 nota-se a existência de 24 escolas primárias no Departamento do Alto Juruá, por exemplo. A partir da unificação do território em 1920, a responsabilidade da escolarização recaiu sobre a diretoria de instrução pública do governo territorial, que passou a dividir com as prefeituras a administração da escola pública. Dadas as especificidades do território, se identificam a dispersão da população escolar pelos seringais, a escassez de recursos financeiros e a incipiente fiscalização das escolas, como os principais obstáculos para a disseminação da instrução pública acreana. Para solucionar este problema a primeira tentativa foi a proposta de criação de grandes internatos nas sedes dos municípios. O grupo escolar “7 de Setembro” foi criado em 1915, tendo seu prédio próprio inaugurado apenas em 1922. Os custos da implantação dos grupos escolares despertavam divergências políticas, o que levou o governador Hugo Carneiro a adotar o aluguel de prédios para a expansão da escola graduada. As autoras concluem apresentando a organização curricular dos grupos escolares e das demais modalidades de ensino primário do território do Acre.

Rubia-Mar Nunes Pinto destaca o ano de 1918 como o da criação dos grupos escolares e também o momento em que o governo do estado de Goiás retirou dos municípios a responsabilidade sobre a escola primária, a eles atribuída desde a constituição do estado regulamentada em 1893. A tensão da relação estado-municípios se inseria nas disputas oligárquicas estaduais e o controle sobre a educação era um dos elementos em destaque, oscilando entre as duas esferas administrativas entre 1891 e 1917. Em 1918 o ex-professor e presidente do estado João Alves de Castro afirmou ser um mito a existência



do ensino primário em Goiás. Neste ano se implementou a reforma do ensino, criando o primeiro grupo escolar funcionando no mesmo prédio do Liceu, Escola Normal e dos cursos de Direito, Farmácia e Odontologia de Goiás. A ausência de uma política de construção de prédios escolares foi identificada por Pinto, que afirma que os momentos de maior expansão física das escolas coincidiram com os períodos de controle municipal sobre a instrução pública. A autora mostra como a reforma de 1918 buscou normatizar os tempos escolares, os exames e apresenta características do currículo dos grupos escolares goianos. Relata os esforços do governo em vencer a resistência dos professores em relação ao método intuitivo, ao mesmo tempo em que evidencia a ausência de concursos públicos para a contratação de professores, que continuavam funcionando por indicação dos coronéis. Rubia-Mar apresenta detalhada estatística escolar e conclui assinalando que a partir da década de 1920 a instrução pública goiana foi se incorporando à modernidade pedagógica, introduzindo em seu vocabulário os conceitos de ensino ativo, escola nova, os nomes de educadores como Montessori, Anísio Teixeira e Firmino Teixeira, sobretudo nas regiões mais próximas à capital do estado.

No último capítulo, Maria Cristina S. de Gouvea e Alessandra F. M. de Schueler fazem uma análise sobre as desigualdades que marcaram o processo de escolarização primária durante a primeira república, período contraditoriamente marcado por décadas de estabilidade política e, ao mesmo tempo, ausência de democracia e cidadania. Segundo as autoras, um dos aspectos que contribuíram para a precária universalização do ensino foi a frágil estrutura federativa brasileira. Os diferentes pesos representados pelos estados no concerto da federação se reproduziam nas diferentes experiências de escolarização primária, marcadas pelas dificuldades de acesso da população infantil à instrução, de acordo com as hierarquias que compunham a distinção entre os cidadãos, como as distinções étnicas e de gênero, assim como entre as populações urbanas e rurais. As autoras concluem ressaltando a escassez de pesquisas que considerem as lutas históricas dos diferentes grupos sociais pela educação e de outros espaços de afirmação da cidadania no Brasil.

A análise do processo de escolarização primária no Estado do Rio de Janeiro, embora presente na pesquisa, não faz parte da obra. Os organizadores remetem, entretanto, a artigo publicado por Schueller (2010), que afortunadamente encontra-se em periódico disponibilizado em versão *on line*, o que não obstaculiza a leitura e o acesso aos resultados alcançados no estudo acerca desse Estado, completando, desse modo, o quadro sobre a escolarização primária enunciado inicialmente.

Por fim, um livro que traz esta abordagem comparativa da Escola Primária em onze Estados brasileiros durante a Primeira República, alenta a leitura atenta e estimula a curiosidade do leitor por conhecer a variedade de experiências vivenciadas em diversas regiões do país, desde que a promulgação do Ato Adicional de 1835 se atribuiu às províncias poder de legislar e constituir seus próprios sistemas de ensino, desenvolvendo projetos *sui generis*, mesmo seguindo modelos irradiados desde os grandes centros. A aspiração de apresentar a heterogeneidade das experiências de escolarização primária que se sucederam ao longo do vasto território brasileiro, constitui o grande mérito do trabalho organizado por Araújo, Souza e Pinto.

### Referências:

CORREIA, António Carlos Luz; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. A lei da escola: sentidos da construção da escolaridade popular através de textos legislativos em Portugal e em Santa Catarina – Brasil (1880-1920). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 8, p. 43-83, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE8.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. A lei da escola: os sentidos da construção da escolaridade popular através dos textos legislativos em Portugal e Santa Catarina – Brasil (1880-1920). Lisboa: Educa, 2003 (Cadernos Prestige, 16).

CORREIA, António Carlos Luz; GALLEGU, Rita de Cássia. Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920). Lisboa: Educa, 2004 (Cadernos Prestige, 21).

CORREIA, António Carlos Luz; SILVA, Vivian Batista da. Uma história de leituras para professores em Portugal e no Brasil (1930-1971). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. Anais... Natal, 2002a. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema1/0104.pdf>> Acesso em: 2 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Manuais pedagógicos: Portugal e Brasil – 1930 a 1971 – produção e circulação internacional de saberes pedagógicos. Lisboa: Educa, 2002b (Cadernos Prestige, 13).

CARVALHO M. M. C de (2003) Reformas da Instrução Pública. IN: Lopes, E.M.T, Faria Filho, L.M. de e Veiga, C.G. (ORG.). 500 anos de educação no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 225-252.

ESCOLANO, A. (2000) El espacio escolar como escenario y como representación. Teias, *Revista da Faculdade de Educação/UERJ – Rio de Janeiro*, n.1, jun.

FARIA FILHO L.M. (1998) O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação (USP)*, jan./jun. vol. 24, nº 1, p. 141-159.

\_\_\_\_\_. (2000) Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo-RS: UPF, 206p.

\_\_\_\_\_. (2002). Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. IN: Lopes, A.A.B. de M., Gonçalves, I.A. e Faria Filho, L.M. (ORG.). História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, p. 109-117.

FRAGO, Antonio Viñon. Innovación y racionalidad científica: la escuela graduada pública en España (1890-1936). Madrid: Akal Universitaria, 1990.

MARTÍNEZ, S. A.; SOUZA, D. B. A história da educação em perspectiva comparada no contexto luso-brasileiro: duas décadas de produção. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, p. 155-189, 2011.

NÓVOA, A. A história do ensino primário em Portugal. In: FERNANDES, Rogerio



(Org.). I Encontro de História da Educação em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 23-29.

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez. “Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado”: Expansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893 – 1930). *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v. 19, p. 535-550, 2010.

SOUZA, D., MARTÍNEZ, S. A. O estado do conhecimento em educação comparada Brasil-Portugal (1986-2006). In: Souza, D. B.; Martínez, S. A.. (Org.). *Educação comparada: rotas do além-mar*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2009, p. 17-21.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo – 1890/1910*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, R. F. de (org.). *Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930) – DVD*. Araraquara, CNPQ, 2011.

VICENT, Guy. *L'école primaire française*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893-1971”*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006. 376p.

*Recebido em setembro de 2013  
Aprovado em outubro de 2013*